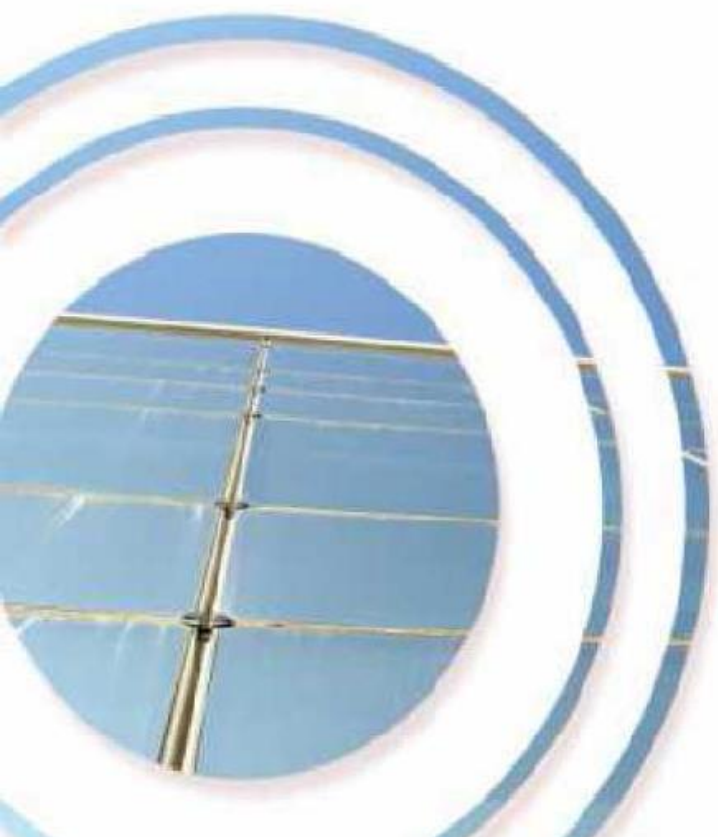




ESCOLA
SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
DA SAÚDE
DE LISBOA

Instituto Politécnico de Lisboa

Inserção Profissional dos Diplomados pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa nos anos lectivos de 2006/07 e 2007/08



David Tavares (coord.)
Carina Silva Fortes
Hélder Raposo
Nuno Medeiros
Patrícia Correia
Teresa Denis

Índice

1. Introdução	4
2. Nota metodológica	6
3. Inserção e investimento escolar	7
4. Inserção profissional, trajetórias e expectativas	17
4.1. Inserção no mercado de trabalho: os modos de acesso à vida activa.....	17
4.2. Trajetórias de inserção e tipos de percurso profissional	28
4.3. Perspectivas dos diplomados: da avaliação do trabalho e da formação aos projectos profissionais.....	36
5. Referências bibliográficas	41

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro n.º 1 - Número de anos necessários para a conclusão do curso	7
Quadro n.º 2 - Razões de escolha do curso	8
Quadro n.º 3 - Avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso	10
Quadro n.º 4 - Actividades extracurriculares.....	12
Quadro n.º 5 - Exercício de actividade profissional durante os três primeiros anos do curso.....	13
Quadro n.º 6 – Regime de exercício da actividade profissional durante os três primeiros anos do curso	13
Quadro n.º 7 – Exercício de actividade profissional durante o último ano do curso.....	14
Quadro n.º 8 – Regime de exercício da actividade profissional durante o último ano do curso.....	15
Quadro n.º 9 - Investimento em cursos pós-graduados	16
Quadro n.º 10 - Situação face à profissão	18
Quadro n.º 11 - Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	21
Quadro n.º 12 - Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	23
Quadro n.º 13 - Remuneração líquida mensal	24
Quadro n.º 14 - Grau de satisfação com a situação profissional actual	26
Quadro n.º 15 - Número de vezes que mudaram de local de trabalho desde a conclusão do curso	29
Quadro n.º 16 - Tipo de instituição de exercício da actividade profissional (principal) actual	30
Quadro n.º 17 - Tipo de vínculo laboral	32
Quadro n.º 18 - Regime de exercício da actividade profissional	33
Quadro n.º 19 - Acumulação do exercício profissional	34
Quadro n.º 20 - Escolaridade dos pais.....	34
Quadro n.º 21 - Localização da instituição de exercício da actividade profissional	35
Quadro n.º 22 - Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação	36
Quadro n.º 23 - Tarefas não atribuídas no local de trabalho, apesar da capacidade para o seu exercício	37
Quadro n.º 24 - Exercício de tarefas da competência de outros profissionais	38
Quadro n.º 25 - Projectos profissionais.....	38
Gráfico n.º 1- Número de anos necessários para a conclusão do curso	7
Gráfico n.º 2 - Razões de escolha do curso.....	8
Gráfico n.º 3 - Situação face à profissão.....	18
Gráfico n.º 4 - Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	21
Gráfico n.º 5 - Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	23
Gráfico n.º 6 - Remuneração líquida mensal	24
Gráfico n.º 7 - Grau de satisfação com a situação profissional actual	26
Gráfico n.º 8 - Número de vezes que mudaram de local de trabalho desde a conclusão do curso	29
Gráfico n.º 9 - Tipo de instituição de exercício da actividade profissional (principal) actual	30
Gráfico n.º 10 - Tipo de vínculo laboral.....	32
Gráfico n.º 11 - Escolaridade dos pais.....	34
Gráfico n.º 12 - Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação.....	36
Gráfico n.º 13 - Projectos profissionais	38

1. Introdução

Em Portugal, a partir de finais da década de 1980, têm-se acentuado as dificuldades de inserção profissional dos diplomados do ensino superior nas diferentes áreas científicas e, ao nível da empregabilidade, o desemprego entre os licenciados passa a consubstanciar-se como um problema social, no quadro de um fenómeno estrutural assente na relativa massificação deste grau de ensino que origina uma alteração radical da relação entre a escola e o mercado de trabalho, inviabilizando a possibilidade de estabelecimento de formas de planeamento e de regulação entre o sistema de ensino e o sistema de emprego, entre a qualificação e as necessidades de mão-de-obra qualificada.

Este problema passa a reflectir-se no campo das tecnologias da saúde a partir da última década, em que se verificaram alterações profundas nos cenários de empregabilidade com a alteração da relação entre a oferta formativa e a oferta de trabalho/emprego, devido sobretudo ao exponencial aumento da oferta de ensino nesta área que é muito superior aos lugares disponíveis no mercado de trabalho. Até ao início da década de 2000, o desemprego não constituía um problema nas diferentes áreas funcionais das Tecnologias da Saúde, pelo contrário, em geral, existia uma oferta de trabalho superior à procura, o mercado absorvia os diplomados e criou a possibilidade de acumulação do exercício profissional para grande parte destes profissionais. Actualmente, não há dados seguros sobre a real dimensão do problema, contudo existe uma tendência crescente para este se acentuar, com efeito, entre 2000 e 2009, o número de escolas que ministram cursos nas áreas das Tecnologias da Saúde multiplicou-se (6 em 2000 e 24 em 2009), estando no conjunto dessas escolas matriculados 14318 estudantes (ano lectivo 2008/09 - Fonte: Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – GPEARl do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), ou seja, cerca de metade das cédulas profissionais que eram 27361 em 2010 (Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde - ACSS), mesmo considerando que esse número possa não representar o total de profissionais destas áreas.

Este cenário impõe um estudo rigoroso sobre a incidência do desemprego e das diferentes formas de inserção profissional dos diplomados nos cursos do campo das tecnologias da saúde como base para se definirem estratégias activas de promoção de emprego e inserção profissional, de modo a minimizar o problema. Embora a transição do ensino superior para a actividade profissional se enquadre num processo multidimensional que envolve dinâmicas sociais, económicas e políticas que ultrapassam a esfera de acção das instituições escolares e, portanto, a inserção dos diplomados não

dependa apenas das instituições de ensino, estas têm a obrigação de se preocuparem com o destino profissional daqueles que aí foram formados. Consciente deste aspecto, a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL) tem identificado esta necessidade em diferentes «Planos de Desenvolvimento», desde 2002.

É neste contexto que se apresenta este relatório com o intuito de expor os resultados do estudo efectuado acerca das diferentes formas de inserção profissional dos diplomados da ESTeSL nos últimos anos e criar as condições para implementar um Observatório Permanente de Análise e Acompanhamento da situação (inserção profissional dos ex-estudantes da ESTeSL), ferramenta importante para a definição de estratégias futuras, delineadas com base no conhecimento e reflexão actualizada sobre o tema.

2. Nota metodológica

O estudo dos diferentes modos de inserção profissional dos diplomados recentemente pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, enquadra-se numa abordagem quantitativa, centrada na operacionalização de variáveis e indicadores directamente objectiváveis e quantificáveis. Neste contexto, a estratégia metodológica adoptada privilegiou o recurso ao inquérito que foi aplicado, por questionário, em Julho de 2009 a todo o universo em estudo (enviado por via postal, com porte pago) composto pelo conjunto dos licenciados pela ESTeSL que concluíram a sua formação académica no final dos anos lectivos de 2006/07 e de 2007/08. Encontram-se nesta situação 741 indivíduos distribuídos pelos doze cursos de 1º Ciclo ministrados nesta instituição de ensino, estes cursos envolvem realidades distintas, considerando a especificidade do contexto de cada um deles e da respectiva inserção profissional. Responderam ao inquérito 334 licenciados, correspondentes a 45% do universo, percentagem significativa, tendo em conta a taxa de retorno considerada bastante aceitável para este tipo de trabalhos, realizados em diferentes instituições de ensino superior. Com efeito, os «valores normais da técnica de inquérito por correio (...) estabelecem precisamente o limite de 30% como o valor expectável de retorno dos questionários na ausência de esforços complementares» (Alves, N., 2005: 14).

O principal risco subjacente à opção de inquirir a totalidade do universo em estudo, ao invés de aplicá-lo a uma amostra, reside na possibilidade do número de inquéritos a obter ser baixo e, como tal, não representativo da população. Contudo, esta opção justifica-se pela necessidade de se atingir um número tão alargado quanto possível de respostas ao inquérito devido ao facto deste projecto visar, para além do conhecimento acerca da inserção profissional dos diplomados, a criação de ferramentas para o acompanhamento da evolução dessas formas de inserção, através de um Observatório Permanente. Por outro lado, a representatividade, a significatividade, a comparabilidade e os possíveis desvios relativos aos dados obtidos, podem inferir-se com base no tratamento de determinadas variáveis, como por exemplo o curso de licenciatura e o ano de conclusão do curso. A análise desses dados não revela desvios expressivos nas taxas de respostas relativamente ao universo estudado, factor que, naturalmente, aumenta a sua fiabilidade.

A aplicação da técnica de inquérito foi suportada, principalmente na fase da sua construção, pela análise bibliográfica e documental relativa ao conhecimento acumulado que tem sido produzido acerca da problemática das formas de inserção profissional de diplomados por instituições de ensino superior e às diferentes experiências empíricas provenientes dos estudos realizados em diferentes instituições de ensino superior em Portugal (Alves, N., 2005; Alves, M.G.; Sá, C., 2006; Almeida, A.J. *et al.*, 2007).

3. Inserção e investimento escolar

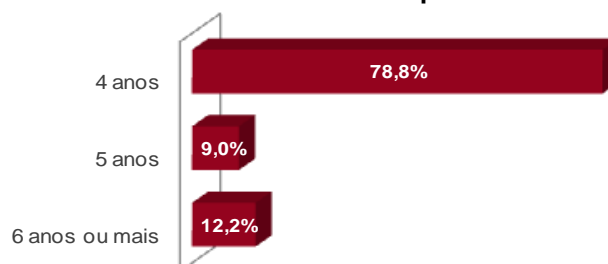
A estrutura dos cursos de licenciatura da ESTeSL prevê a duração de quatro anos. Segundo os dados recolhidos, a grande maioria dos alunos (78,8%) fez o trajecto nesse período (quatro anos), integrando este grupo 77,1% dos que se diplomaram no ano lectivo de 2006/2007 e 80% dos que concluíram a licenciatura em 2007/2008. Não deixa, contudo, de assumir algum significado a percentagem de alunos que concluiu o curso num período igual ou superior a seis anos (12,2%).

Quadro n.º 1 - Número de anos necessários para a conclusão do curso

Número de anos necessários para a conclusão do curso	2006/07		2007/08		Total	
	N	%	N	%	N	%
4 anos	101	77,1%	144	80,0%	245	78,8%
5 anos	7	5,3%	21	11,7%	28	9,0%
6 anos ou mais	23	17,6%	15	8,3%	38	12,2%
Total	131	100,0%	180	100,0%	311¹	100,0%

¹ 23 inquiridos (6,9%) não responderam à questão

Gráfico n.º 1- Número de anos necessários para a conclusão do curso

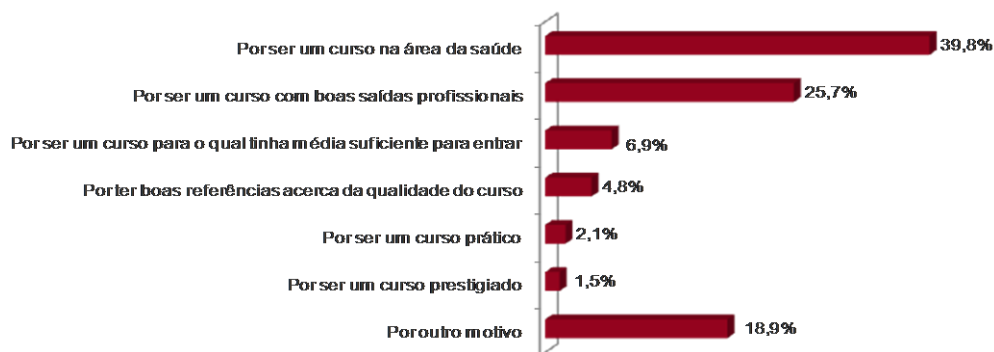


Os principais motivos para a escolha do curso de cerca de dois terços (65,5%) do total dos diplomados recentemente pela ESTeSL prendem-se com o facto de se tratar de um curso na área da saúde (39,8%) e de ser um curso com boas saídas profissionais (25,7%). As outras razões apontadas constituíram respostas relativamente residuais, nomeadamente a classificação mínima necessária para ingresso no curso (6,9%), as boas referências acerca da qualidade do curso (4,8%), o carácter prático do curso (2,1%) ou o prestígio a ele associado (1,5%) bem como um conjunto diversificado de outras razões, quase sempre vagas («Por ser um curso com possível ligação com o desporto», «Por ser um curso da área laboratorial», ...) que, no seu conjunto, totalizam uma percentagem significativa (18,9%).

Quadro n.º 2 - Razões de escolha do curso

Razões de escolha do curso	N	%
Por ser um curso na área da saúde	133	39,8%
Por ser um curso com boas saídas profissionais	86	25,7%
Por ser um curso para o qual tinha média suficiente para entrar	23	6,9%
Por ter boas referências acerca da qualidade do curso	16	4,8%
Por ser um curso prático	7	2,1%
Por ser um curso prestigiado	5	1,5%
Por outro motivo	63	18,9%
NR	1	0,3%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 2 - Razões de escolha do curso



Vale a pena referir, contudo, que, não obstante as razões de escolha do curso apontadas pelos inquiridos, a matrícula na ESTeSL não deixa muitas vezes de constituir uma escolha condicionada à média mínima de entrada estabelecida no concurso nacional de acesso ao ensino superior, pois todos os anos se regista uma percentagem elevada de estudantes que colocam outros cursos como primeira opção, especialmente o curso de medicina.

O principal motivo que orientou os recém-diplomados pela ESTeSL para a escolha do curso foi, pois, o facto de se tratar de uma licenciatura na área da saúde (39,9%), razão que pode ser em boa medida balizada por um conjunto variado de critérios reportáveis a razões mais ou menos complexas que assistem às decisões de singrar por uma determinada trajetória de formação, podendo eventualmente incluir sentimentos orientados por motivações predominantemente vocacionais ou mesmo relacionadas com um certo *ethos* de serviço ao qual pode estar associada uma actividade laboral qualificada no sector da saúde. Registe-se, contudo, que a exploração das razões profundas, eventualmente heterogéneas, que ditam esta escolha, obrigaria a uma pesquisa mais aprofundada com recurso a técnicas de investigação de pendor qualitativo, cuja utilização não está prevista nesta fase do projecto. Caberia questionar, por exemplo, até que ponto é que a noção de «área da saúde» encerra tanto de critério vocacional como de estratégia de empregabilidade.

A segunda razão mais apontada prende-se com as boas saídas profissionais do curso escolhido, com uma percentagem de respostas também significativa, ou seja, mais de um quarto das respostas (25,8%). Distante já de uma lógica assente no que aparenta ser um princípio de ressonância mais vocacional, esta razão para a opção pelo curso reside numa matriz claramente mais pragmática e explicitamente caucionada pela preocupação de empregabilidade. Esta resposta de base instrumental poderá estar alinhada com preocupações relativas ao emprego, face à percepção da erosão de uma relação linear entre o acesso imediato – com elevados índices de reconhecimento social e de remuneração – ao mercado de trabalho e a posse de formação académica de nível superior (Alves, N., 2009; Marques, 2009).

Neste domínio, o sector da saúde como destino profissional de formação qualificada pode ainda ser representado como um sector cujas hipóteses de inserção mais rápida e menos precária são maiores do que num conjunto mais ou menos alargado de outros sectores, onde o emprego dos diplomados se vai crescentemente tornando um problema social e político (Alves, N., 2008), para cuja amplificação e até distorção não deixará de contribuir uma esfera mediática e de comentarismo que aborda este tópico frequentemente com mais entropia do que esclarecimento, por via da operação de reduções e extrapolações interpretativas não controladas nos seus pressupostos (Chaves, 2007). Por outro lado, o problema para os licenciados parece surgir crescentemente como um problema de relação com o mercado em termos da sua condição crescente de flexibilização nas relações de trabalho e instabilidade perante o emprego, esta menos definida por uma permanência da relação contratual do que pela capacidade em evitar o desemprego ou a desvalorização da qualificação académica adquirida (Marques, 2006).

Os motivos de escolha do curso fornecem informação interessante ao nível das representações e expectativas sociais no momento de entrada no sistema de ensino superior. O entendimento das lógicas que presidem às motivações ganha se estas forem confrontadas com os trajectos efectivos no decurso da entrada no mundo profissional (Marques, 2006; Tavares, 2007). Deste modo, contribui-se para uma compreensão mais balizada dos processos de investimento escolar na sua relação com as condições sociais dos espaços e mercados de trabalho em articulação com os percursos individuais, procedendo ao cruzamento dos motivos principais que conduziram os licenciados à escolha do curso com o tempo que decorreu entre o término da licenciatura e o acesso ao primeiro emprego.

Os dados obtidos demonstram que a afirmação da escolha de curso tem uma fraca relação com a empregabilidade efectiva, assim, no segmento dos que não precisaram de mais de um mês para obter o primeiro emprego, após o término da licenciatura, verifica-se apenas uma ligeira e, como tal, pouco significativa diferença, entre os que apontam como principal motivação para frequentar o curso um critério vocacional - «ser um curso na área da saúde» (35,3%) e um critério mais «pragmático» relacionado com uma eventual estratégia de empregabilidade - «ser um curso com boas saídas profissionais» (33,1%). Deste modo, a expectativa de formação centrada no emprego não corresponde necessariamente às trajetórias verificadas no final do curso. Por outro lado, quase metade (47,1%) dos que ainda estavam desempregados aquando da aplicação do inquérito, matriculou-se por «ser um curso na área da saúde».

Quadro n.º 3 - Avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso

Avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso	N	%
Matriculava-se no mesmo curso	186	55,7%
Matriculava-se noutro curso	138	41,3%
Não se matriculava em nenhum curso superior	4	1,2%
NR	6	1,8%
Total	334	100,0%

A observação dos modos como são delineados os processos e os projectos formativos, bem como o sentido que os próprios atribuem à suas opções e ao seu trajecto, remete frequentemente para a necessidade de estabelecer uma comparação entre a retrospectiva do início do percurso dos diplomados no quadro da licenciatura e a apreciação do seu termo. Assim, quando questionados sobre o que fariam hoje relativamente à matrícula no curso, o sentimento encontra-se, no global, dividido, ou seja, só pouco mais de metade (55,7%) é que assegura que se matricularia no mesmo curso, sendo, de certo modo, surpreendentemente expressiva a percentagem dos que, olhando para a sua formação, afirmam que não se matriculariam no mesmo curso (41,3%), revelando eventualmente uma clivagem entre as expectativas criadas no início e/ou durante o período de formação e as disfuncionalidades laborais e de carreira detectadas no âmbito da experiência de contacto com o mundo do trabalho. Por sua vez, constituem uma percentagem irrelevante (1,2%) os recém-licenciados que, olhando para trás, não se matriculariam em nenhum curso superior, dado relevante para a interpretação da importância concedida aos estudos superiores como via privilegiada de auto-referenciação e de aquisição qualificante do exercício profissional (Tavares, 2007). Se actualmente a posse de um diploma “não representa uma garantia absoluta de acesso a um emprego [...], a sua ausência fragiliza e estigmatiza a capacidade de inserção profissional do jovem licenciado, bem como o seu poder de negociação e de reconhecimento das qualificações académicas” (Marques, 2009: 90).

Este mesmo dado autoriza a conclusão de que as formas como os recém-licenciados percebem e definem a inserção profissional passam pela concepção da incorporação de atributos essencialmente adquiríveis na sequência de um percurso formativo longo e, sobretudo, portador de forte componente qualificadora. É provavelmente esta formulação que ajuda a perceber que os licenciados desempregados continuariam, de forma geral a matricular-se no ensino superior mas, apesar de continuarem a apostar neste nível de formação, prefeririam claramente (83,3%) inscrever-se num curso de licenciatura diferente daquele em que se diplomaram e, portanto, não escolheriam novamente o mesmo curso se estivessem hoje a candidatar-se ao ensino superior.

Verifica-se uma relação clara entre a avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso e o tempo necessário para a obtenção do primeiro emprego após a conclusão do curso, quanto mais rápido é o percurso para a obtenção do primeiro emprego, mais afirmam que «se fosse hoje, matriculava-se no mesmo curso», resposta comum a 64% dos que obtiveram emprego num período muito curto (um mês ou menos) e 59,6% dos que se empregaram no período compreendido entre dois e seis meses. Ao invés, a maioria dos que demoraram mais de um ano a encontrar o primeiro emprego (53,3%) e dos que no momento em que o inquérito foi aplicado ainda não o tinham conseguido (73,5%) afirmam que «se fosse hoje, matriculava-se noutra curso». Contudo, o facto de 36% dos que se empregaram num mês ou menos e 39,4% dos que se empregaram num período compreendido entre os dois e os seis meses revelarem simultaneamente «arrependimento» relativamente à escolha inicial do curso, sugere e constitui mesmo mais um indicador da necessidade de separar os conceitos de empregabilidade e de inserção profissional.

Perceber qual é a relação entre um olhar retrospectivo sobre a decisão de entrada no curso escolhido ou, alternativamente, opção por curso diverso ou mesmo por evitamento do ensino superior e a situação actual dos licenciados face à profissão oferece, neste quadro, informação sugestiva. Em termos genéricos é visível a associação entre uma inserção profissional mais estável e integrada directamente em funções e actividades identificadas com o âmbito do curso e a tendência dos recém-licenciados para considerarem que hoje tornariam a inscrever-se nesse curso. Desta forma, cerca de dois terços (65,7%) dos que estão a trabalhar numa actividade profissional directamente relacionada com o curso que completaram na ESTeSL, afirmam que hoje repetiriam a matrícula nesse curso e cerca de um terço (33,5%) dos que estão nesta mesma situação declaram uma vontade de inscrição em curso diferente daquele em que fizeram a sua formação de licenciatura. Ao invés, para quem se encontra a trabalhar noutra área de

actividade profissional, só 26,1% se matriculariam no mesmo curso em que se licenciaram, em contraponto com os 69,6% que revelam intenção retrospectiva de se matricularem noutra curso.

A tendência de resposta mantém-se nos que estão a realizar um estágio profissional não remunerado, nos que procuram o primeiro emprego e nos que estão a realizar um estágio profissional remunerado, nos dois primeiros casos 66,7% e no terceiro caso (situação menos vulnerável do que nos outros casos) 58,3% revelam a intenção de se terem inscrito, caso fosse hoje, num curso diferente daquele em que se licenciaram. Dos que continuam a estudar, todos declaram que não se matriculariam no mesmo curso, escolhendo antes uma formação em curso diverso, o que constitui um caso absolutamente particular que pode eventualmente levantar a suspeita de que o processo de prolongamento dos estudos em quem se encontra exclusivamente dedicado a essa actividade pode configurar simultaneamente um caminho de melhoria de qualificações e de especialização e, simultaneamente, a procura de alternativas no sentido de reverter o percurso de formação inicial.

A complexificação da relação entre percurso formativo e entrada na vida activa em termos do exercício a tempo inteiro de uma actividade profissional no sentido do declínio da ocupação automática de posições de estatuto elevado e estável pelos detentores de fortes recursos escolares, de nível superior, por um lado, e a valorização progressiva de capacidades do foro sócio-relacional (Alves, M.G., 1998) e de saberes paralelos adquiridos em contexto frequentemente informal no que se refere a perfis de maior adaptabilidade face às exigências da instituição escolar e de sectores de mercado quanto à posse de recursos baseados na experiência cultural e na diversidade, por outro, transformam o desempenho de actividades extra-curriculares num elemento a contemplar na análise dos processos de investimento e inserção escolar e profissional. Porém, os resultados do inquérito aplicado sugerem que, no caso da ESTeSL, os modos privilegiados de configuração do trajecto escolar durante o curso não passaram maioritariamente pelo desenvolvimento de actividades extra-curriculares.

Quadro n.º 4 - Actividades extracurriculares

Actividades extracurriculares	N	%
Sim	81	24,3%
Não	248	74,3%
NR	5	1,4%
Total	334	100,0%

Cerca de um quarto (24,3%) dos diplomados recentemente pela ESTeSL realizou actividades extra-curriculares durante a frequência do curso, apostando na incorporação de dimensões formativas e experienciais em domínios exteriores à estrutura formal do

curso. Ainda assim, contrastando com resultados alcançados noutras investigações (Sá, 2006), cerca de três quartos (74,3%) percorreram durante a licenciatura trajectórias escolares com grande peso da dimensão educativa formal e alicerçada quase exclusivamente nos saberes e na socialização institucional da área de formação do curso que frequentaram.

Quadro n.º 5 - Exercício de actividade profissional durante os três primeiros anos do curso

Exercício de actividade profissional durante os três primeiros anos do curso	N	%
Sim	65	19,5%
Não	267	79,9%
NR	2	0,6%
Total	334	100,0%

Para esta problemática contribui igualmente a relação com a experiência e o mundo do trabalho previamente à obtenção da licenciatura, factores de grande alcance, quer no percurso de inserção escolar, quer no de inserção profissional, tanto no que respeita aos respectivos processos de socialização e aquisição – ou transformação – de identidade profissional, como no que concerne aos processos de relação com as tarefas e com a empregabilidade em sentido menos lato. Com efeito, é estimada em apenas 19,5% a percentagem de recém-licenciados que exerceu qualquer tipo de actividade profissional remunerada durante os três primeiros anos do curso. Cerca de quatro licenciados em cada cinco, correspondendo a uma percentagem de 79,9%, dedicou-se aos estudos em regime de exclusividade durante os três primeiros anos de licenciatura.

Quadro n.º 6 - Regime de exercício da actividade profissional durante os três primeiros anos do curso

Regime de exercício da actividade profissional durante os três primeiros anos do curso	N	%
Tempo Inteiro	14	21,5%
Tempo Parcial	50	76,9%
NR	1	1,6%
Total	65	100,0%

Para aqueles que desenvolveram algum tipo de actividade profissional remunerada nos primeiros três anos de curso só 21,5% o fizeram a tempo inteiro, predominando o tempo parcial (76,9%) como maneira privilegiada de relação com o mercado de trabalho prévia à licenciatura, observando-se, nesta medida, a preponderância dos estudantes-trabalhadores sobre os trabalhadores-estudantes.

A interpretação das trajectórias escolares, bem como das configurações de investimento formativo que nelas se delineia e das possibilidades e modalidades de inserção profissional que com elas se articulam e que frequentemente por elas são determinadas, não pode estabelecer-se no vácuo social e histórico que estrutura os circunstancialismos institucionais, legais e de mercado em que se materializam as dinâmicas analisadas pelo

presente relatório. Um dos riscos de ignorar as condições concretas em que se manifestam os fenómenos é o de os subjugar à ilusão da transparência que esses fenómenos parecem exhibir em termos da sua explicação. Efectivamente, o estudo e exploração do desempenho de uma actividade profissional por parte dos licenciados recentemente pela ESTeSL durante o seu percurso na licenciatura deve contemplar as particularidades do funcionamento desse mesmo percurso relativamente aos contornos concretos que assumiu antes da entrada em vigor do processo de Bolonha, período a que se reportam os trajectos de formação escolar em análise e que se prendem com o binómio bacharelato-licenciatura.

A dinâmica própria desta relação singular materializou-se durante praticamente toda a última década, entre 2000 e 2009, mediante a possibilidade de coexistência de dois títulos académicos que, no quadro da formação inicial, funcionavam como o primeiro grau que possibilitava a prática legal das várias profissões ligadas às tecnologias da saúde, consagrando o curso de bacharelato como credencial mínima para a entrada habilitada neste sector do mercado de trabalho. Era, portanto, possível exercer profissionalmente apenas com o bacharelato, a que correspondiam três anos de frequência de um plano de estudos no ensino superior. É neste cenário que as decisões e a gestão dos processos pessoais de investimento escolar devem ser entendidos.

Assim, o fim do terceiro ano correspondia à obtenção de um grau que habilitava ao desempenho profissional, suscitando em muitos alunos o apelo do mundo de trabalho, que passavam a partilhar no quarto ano – o da licenciatura – com o ano terminal do seu processo de formação de base. Por outro lado, assistiu-se durante todo esse período ao regresso dos profissionais diplomados com o bacharelato à condição de alunos, na procura de legitimação escolar adicional e, provavelmente, antevendo eventuais transformações futuras nas modalidades de exercício profissional.

Quadro n.º 7 - Exercício de actividade profissional durante o último ano do curso

Exercício de actividade profissional durante o último ano do curso	N	%
Sim	133	39,8%
Não	199	59,6%
NR	2	0,6%
Total	334	100,0%

Esta conjugação produz uma alteração nas percentagens de trabalhadores-estudantes e de estudantes-trabalhadores no quarto ano, quando comparado com os três anos precedentes. De facto, se durante os três primeiros anos do curso 19,5% acumularam a formação com uma actividade profissional remunerada, durante a frequência do quarto ano do curso, esta percentagem aumenta significativamente (39,8%).

Quadro n.º 8 - Regime de exercício da actividade profissional durante o último ano do curso

Regime de exercício da actividade profissional durante o último ano do curso	N	%
Tempo Inteiro	60	45,1%
Tempo Parcial	72	54,1%
NR	1	0,8%
Total	133	100,0%

No quarto ano, 45,1% dos que trabalhavam e estudavam, desenvolveram actividade profissional remunerada a tempo inteiro enquanto apenas 21,9% o faziam até ao fim do terceiro ano, dado revelador de que no percurso escolar durante a frequência do curso de licenciatura se observa uma mudança da relação que uma parte da população estudantil estabelece com o trabalho remunerado. Apesar dos factores atrás expostos, relacionados com a especificidade da evolução da formação académica nas diferentes áreas das tecnologias da saúde, refira-se que esta dinâmica não é, aliás, exclusiva da população em análise, conforme revelam outros trabalhos de investigação realizados em torno desta problemática (Alves, N., 2005).

À semelhança do que tinha ocorrido com o forte incremento do sector do ensino superior no que respeita ao primeiro ciclo de formação – licenciaturas – desde meados da década de 80 e durante os anos 90, o sistema de formação avançada sofreu nos últimos anos em Portugal um crescimento exponencial, com a multiplicação da oferta pós-graduada, com particular incidência em cursos de formação avançada conferentes de grau (mestrados e doutoramentos), a corresponderem ao aumento igualmente assinalável do número de alunos inscritos nestes cursos e também no número de mestres, doutores e detentores de formação especializada de nível pós-graduado não conferente de grau académico. Os motivos deste desenvolvimento há muito que ultrapassaram as restritas razões de progressão profissional com ligação privilegiada ao meio académico em termos de carreiras na docência e na investigação, encontrando as causas da sua heterogeneização e dilatação quer nas dinâmicas internas ao sector do ensino, como o processo de Bolonha e as suas implicações transnacionais, quer nas mudanças do sistema de emprego e, em termos mais globais, do aparelho sócio-produtivo, como a emergência e consolidação profissional de novos grupos. Do ponto de vista social estes processos confluem num conjunto de fenómenos sociais em mutação nas estruturas sociais contemporâneas que as inscreve numa ordem científica e tecnológica como variáveis de organização social, de mediação das práticas e dos valores e de hierarquização e legitimação social.

Quadro n.º 9 - Investimento em cursos pós-graduados

Investimento em cursos pós-graduados	N	%
Sim	79	23,7%
Não	251	75,1%
NR	4	1,2%
Total	334	100,0%

No caso vertente, a continuação da formação como base dos projectos e processos de investimento escolar chega a confundir-se com formas alternativas de relação com o mercado e com a inserção na prática profissional, assim, 23,7% dos diplomados recentemente pela ESTeSL prolongaram os seus estudos para níveis pós-graduados num prazo curto ou imediato a seguir à licenciatura. Numa primeira análise, hipotética, este valor poderá ficar a dever-se em parte ao recente estatuto de licenciatura dos cursos de 1º Ciclo da ESTeSL e às novas dinâmicas de legitimação formal que esse estatuto poderá eventualmente originar.

Se é verdade que cerca de três quartos (75,1%) não ingressaram em qualquer programa de formação pós-graduada desde que concluíram a licenciatura, este dado deve ser cotejado com o relevante facto de 29,9% dos recém-licenciados assumir o aumento de formação como principal projecto profissional para os próximos três anos. Está-se, portanto, perante uma realidade em transformação, que se desenha à medida que se redefine o universo de formação nos vários domínios das tecnologias da saúde, desenhando novos perfis de credenciação e de relação institucional e simbólica com a esfera profissional.

A este dado não será alheia a percentagem de 79,7% que, no âmbito da prossecução dos estudos para formação pós-graduada, ingressaram em cursos não conferentes de grau, sendo que os restantes 20,3% prosseguiram os estudos através de cursos de mestrado. Por sua vez, 35,7% dos recém-licenciados que estão à procura do primeiro emprego ou desempregados inscreveram-se em programas de formação pós-graduada, valor percentual que adquire algum relevo.

4. Inserção profissional, trajectórias e expectativas

4.1. Inserção no mercado de trabalho: os modos de acesso à vida activa

É hoje cada vez mais frequente a constatação relativa ao modo como várias alterações de natureza macro, sobretudo ao nível da estrutura económica dos países de modernidade avançada, têm vindo a subverter e a inviabilizar as tradicionais lógicas de interpretação da realidade que tendiam a pôr a tónica na existência de uma transição linear entre escola e o mercado de trabalho (Pereira, 2008). Factores como a massificação do ensino superior ou as novas dinâmicas das economias globalizadas em que paralelamente aos novos imperativos de competitividade, flexibilização e (des)regulação dos mercados se configuram ciclos de crescimento económico mais curtos e voláteis – apenas para mencionar os mais óbvios –, impõem agora novas leituras que têm como pano de fundo a incerteza e a imprevisibilidade na vida individual e colectiva (Alves, N., 2009). Assim, são os próprios fundamentos ideológicos da escola, enquanto mecanismo meritocrático de pretensa redução das desigualdades sociais e promotor de oportunidades de mobilidade social ascendente, que se fragilizam, dado que o desemprego é crescente e o trabalho mais instável e precário.

Embora seja certo que se tratam de fenómenos crescentemente transversais, eles têm vindo a assumir alguma expressão junto dos jovens, incluindo os licenciados, o que tem suscitado o desenvolvimento de políticas públicas no sistema educativo com o objectivo de adequar o papel da educação aos desafios da competitividade económica e do desemprego juvenil (Pereira, 2008; Alves, N., 2007).

De facto, embora se reconheça que a evolução do desemprego dos diplomados do ensino superior, principalmente desde 2001, é um dado incontornável (Pereira, 2008; Gonçalves *et al.*, 2006), não deixa de ser relevante verificar que, embora sob o signo da insegurança e incerteza, a obtenção de um diploma universitário continua a constituir uma importante vantagem competitiva no mercado de trabalho (Gonçalves *et al.*, 2006), o que contraria alguns discursos e visões catastróficas acerca da perda de importância do ensino superior e da crescente desadequação da sua oferta formativa (Chaves, 2007).

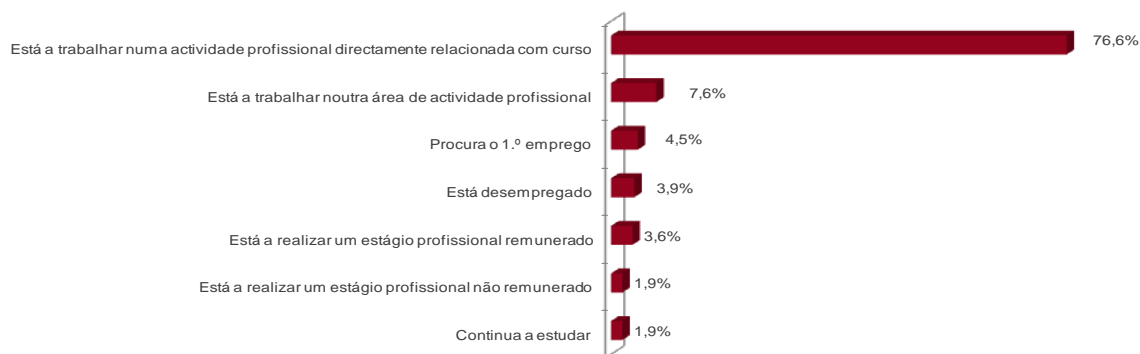
Todavia, e mesmo que a ressonância desta visão apenas contribua para inflacionar e distorcer a questão, o que efectivamente se constata é que esta nova realidade tem potenciado uma nova concepção e orientação política que consagra o papel da escola numa lógica mais instrumental, utilitarista e crescentemente conformada e vinculada às

dinâmicas e exigências do mercado e da lógica empresarial (Alves, N., 2009; Marques, 2009). Por isso mesmo, uma parte muito substancial das intervenções neste campo tem privilegiado estratégias que acentuam a importância da aprendizagem ao longo da vida e têm enfatizado um discurso sobre as competências para melhor responder a um mercado instável e mais exigente nos seus imperativos (Pereira, 2008). Desse ponto de vista, algumas das opções políticas em matéria educativa traduzem-se em mecanismos facilitadores da inserção no mercado de trabalho, fomentando não só uma nova concepção e um novo papel para o ensino superior (Alves, N., 2007; Gonçalves *et al.*, 2006) mas também, e como já notado, uma maior abertura e adaptação à lógica empresarial. Tal parece configurar uma concepção gestonária e instrumental da educação aos interesses económicos e necessidades empresariais (Alves, N., 2007) - através da aposta em qualificações diversas e flexíveis adaptadas às dinâmicas modalidades de trabalho e emprego (Marques, 2009) – mas também uma visão algo fragmentada e atomizada do actor social, remetendo para a esfera individual uma parte importante da responsabilidade da empregabilidade e das possibilidades estratégicas para a inserção profissional no mercado de trabalho. Por isso mesmo, face a um panorama tão problemático (Pereira, 2008; Canário, 2009) torna-se útil e justificável analisar e compreender alguns aspectos do processo, cada vez mais longo e complexo, de inserção profissional, até porque os períodos de inserção se tornaram mais longos e as posições no mercado de trabalho diversificam-se (Alves, N., 2005).

Quadro n.º 10 - Situação face à profissão

Situação face à profissão	N	%
Está a trabalhar numa actividade profissional directamente relacionada com curso	256	76,6%
Está a trabalhar noutra área de actividade profissional	25	7,6%
Procura o 1.º emprego	15	4,5%
Está desempregado	13	3,9%
Está a realizar um estágio profissional remunerado	12	3,6%
Está a realizar um estágio profissional não remunerado	6	1,9%
Continua a estudar	6	1,9%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 3 - Situação face à profissão



Nesta medida, e olhando para o caso particular dos diplomados recentemente pela ESTeSL, verifica-se que a grande maioria (84,2%) está inserida no mercado de trabalho.

Merecedor de destaque é ainda o facto de 76,6% dos que concluíram o seu curso nesta instituição de ensino no período a que se reporta este estudo, trabalharem numa área de actividade profissional directamente relacionada com esse curso. Esta percentagem aumenta (89,7%) se forem tidos em conta os ex-alunos que estão a realizar estágios profissionais (5,5%), sejam remunerados (3,6%) ou não remunerados (1,9%)

No caso dos que não estão a exercer uma profissão, 8,4% estão desempregados, à procura do primeiro emprego (4,5%) ou de um novo emprego (3,9%), enquanto apenas 1,9% das situações correspondem a casos em que o prosseguimento dos estudos se consubstancia num percurso de investimento académico, circunstância que, naturalmente, se traduz num adiamento da entrada destes estudantes no mercado de trabalho.

Quando considerada a situação face à profissão segundo o curso de licenciatura realizado na ESTeSL, constata-se que, em termos globais, não existem diferenças muito contrastantes entre os diplomados dos vários cursos, embora seja possível fazer notar alguns casos pontuais que são indicativos de situações algo particulares. Em termos mais concretos, os diplomados de Fisioterapia e de Ortóptica são aqueles que apresentam os valores mais expressivos relativamente ao exercício do trabalho em áreas directamente relacionadas com a formação de base (respectivamente 96,7% e 94,1%), embora essa seja a tendência dominante na maioria dos cursos. O único caso que se demarca de uma forma mais notória pelo seu contraste é o que diz respeito aos diplomados de Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica, na medida em que somente 35,9% trabalham numa área directamente relacionada com o curso, ao passo que 17,9% estão a trabalhar noutra área e 30,8% estão à procura do 1º emprego (20,5%) ou desempregados (10,3%), situação que também assume uma expressão ligeiramente superior à média verificada nesta instituição de ensino, nos recém-diplomados dos cursos de Dietética (13,9%) e de Radiologia (12,5%).

A média final de curso assume-se como um elemento diferenciador no âmbito da inserção profissional. De facto, o desemprego diminui à medida que aumentam as classificações finais de curso, assim 11,2% dos que terminaram o curso com médias finais mais baixas, ou seja, situadas no intervalo compreendido entre os 10 e os 13 valores, estão desempregados ou procuram o primeiro emprego, ao passo que o mesmo sucede com 8,9% dos que tiveram 14 ou 15 valores e apenas com 2,3% dos que terminaram o curso com 16 valores ou mais.

Por outro lado, quanto mais elevada é a classificação, maior é a percentagem dos que estão a trabalhar numa actividade profissional directamente relacionada com o curso

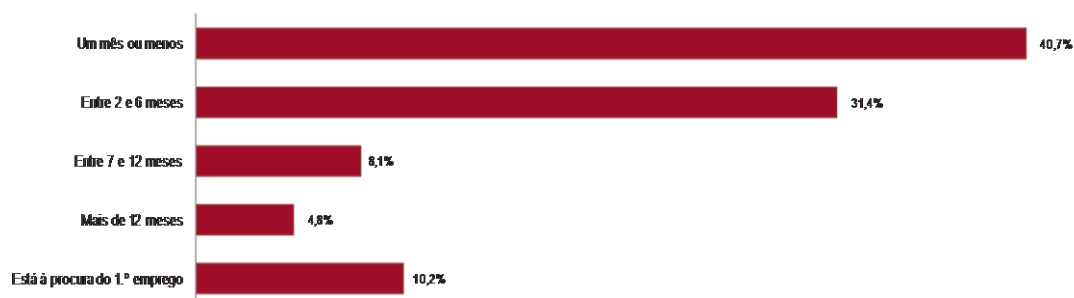
realizado, situação verificada em 93,2% dos que concluíram a licenciatura com 16 valores ou mais, registando-se percentagens comparativamente mais baixas entre quem concluiu a licenciatura com uma média compreendida entre os 14 e os 15 valores (75,4%) e entre quem concluiu o curso com uma média mais baixa, ou seja, com 13 valores ou menos (68,5%). Na mesma lógica, verifica-se que a percentagem dos que trabalham em áreas de actividade profissional não directamente relacionadas com o curso é maior entre os que tiveram médias finais mais baixas, ou seja, situadas no intervalo compreendido entre os 10 e os 13 valores (11,1%) comparativamente aos 7,2% que terminaram o curso com uma média compreendida entre os 14 e os 15 valores e com 4,5% daqueles cuja média se situa nos valores mais elevados (16 ou mais).

Igualmente relevante é o facto de se poder estabelecer uma relação entre a inserção profissional e a idade, uma vez que no escalão etário mais baixo (menos de 25 anos) se encontram aqueles que, em termos percentuais, têm maior dificuldade de integração. Se é um facto verificar-se apenas uma expressão ligeiramente menor dos recém-diplomados com menos de 25 anos que estão a trabalhar numa actividade directamente relacionada com o curso (76%) comparativamente aos dos escalões etários mais elevados (76,9% no escalão compreendido entre os 25 e os 30 anos e 83% dos que têm mais de 30 anos), contudo essa relação torna-se mais vincada no caso dos “mais novos” que estão a realizar estágios profissionais remunerados e não remunerados (4,3% e 2,1%, respectivamente), dos que continuam a estudar (2,1%) e dos que procuram o primeiro emprego (6%), pois nestes casos constata-se ser a percentagem dos que estão nessa situação claramente maior face aos que se encontram em escalões etários mais elevados, sobretudo entre os indivíduos com mais de 30 anos em que não se regista nenhum caso relativo às situações mencionadas.

Quadro n.º 11 - Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso

Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	N	%
Um mês ou menos	136	40,7%
Entre 2 e 6 meses	105	31,4%
Entre 7 e 12 meses	27	8,1%
Mais de 12 meses	16	4,8%
Está à procura do 1.º emprego	34	10,2%
NR	16	4,8%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 4 - Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso



Em matéria de obtenção do primeiro emprego, é importante salientar que a larga maioria dos diplomados no período em estudo concretizou o processo de transição para o mercado de trabalho em 6 meses ou menos (72,1%), embora ainda mais expressivo seja o facto de 40,7% não ter necessitado de mais de um mês para conseguir emprego. Por sua vez, conforme se observa no quadro 11, os casos em que a obtenção do primeiro emprego foi mais dilatada no tempo assumem uma expressão quantitativa menor.

Com efeito, estes dados sugerem um grau de coerência importante com os resultados de outras investigações onde se evidencia o valor estratégico de um diploma superior, sobretudo quando é estabelecido como ponto comparativo o desemprego ou o tempo médio de obtenção do primeiro emprego nos jovens sem licenciatura. Assim, e sendo verdade que os períodos de desemprego e inactividade, bem como as modalidades de trabalho e emprego não permanentes se vão tornando fenómenos mais frequentes junto dos jovens licenciados (Marques, 2009), o que, não obstante, se verifica é que o desemprego de longa duração é menor nos jovens licenciados e que apesar de se desenharem tendências gerais reveladoras do aumento do tempo de obtenção do primeiro emprego entre os diplomados, as suas situações são relativamente favoráveis em comparação com o desemprego dos que não possuem esse nível de qualificação (Gonçalves *et al.*, 2006).

Em termos comparativos, e tomando como referência o padrão geral da duração média de procura do primeiro emprego dos jovens diplomados na Europa, verifica-se que este valor é de 5,9 meses (Gonçalves *et al.*, 2006). Já no caso de Portugal, em 2002, 50% dos jovens licenciados obtinham emprego após o primeiro mês sobre a conclusão do curso, e os que não o conseguiam de imediato concretizavam a sua inserção no mercado de trabalho ao longo do tempo, ao ponto do total de desempregados após cinco anos sobre a conclusão do curso ser muito residual (Gonçalves *et al.*, 2006; Chaves, 2007).

Neste quadro de fundo, verifica-se, então, que os resultados obtidos junto dos diplomados recentemente pela ESTeSL não só são congruentes com estas linhas de tendência, como inclusivamente apresentam um panorama relativamente favorável tendo em conta a já referida percentagem dos que obtêm o primeiro emprego antes dos 6 meses após a conclusão da licenciatura (72,1%). Já a percentagem dos que procuram o primeiro emprego é relativamente baixa - 10,2% (note-se que alguns destes são estudantes e estagiários que procuram emprego).

Ainda neste âmbito se afigura como fundamental aferir em que medida o curso de origem dos diplomados recentemente é potencialmente condicionador das expressões diferenciadas que o tempo de obtenção do primeiro emprego tende a assumir. Nessa medida, o que se pode salientar passa uma vez mais pela constatação de que o curso concluído é revelador de situações diversificadas. É nos diplomados provenientes dos cursos de Ortóptica (93,9%), Farmácia (92%), Análises Clínicas e Saúde Pública (86,7%) e Fisioterapia (86,2%) que se encontra uma percentagem mais expressiva dos que encontraram o primeiro emprego num período igual ou inferior a 6 meses após a conclusão da licenciatura. Já quanto à percentagem dos que demoraram mais de 12 meses a encontrar emprego ou dos que estão ainda à procura do primeiro emprego, verifica-se que essa expressão assume maior proeminência entre os diplomados recentemente em Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica (48,6% - depois de mais de 12 meses sobre a conclusão da licenciatura - 13,5% - e ainda estavam à procura do primeiro emprego quando foi realizado o inquérito - 35,1%).

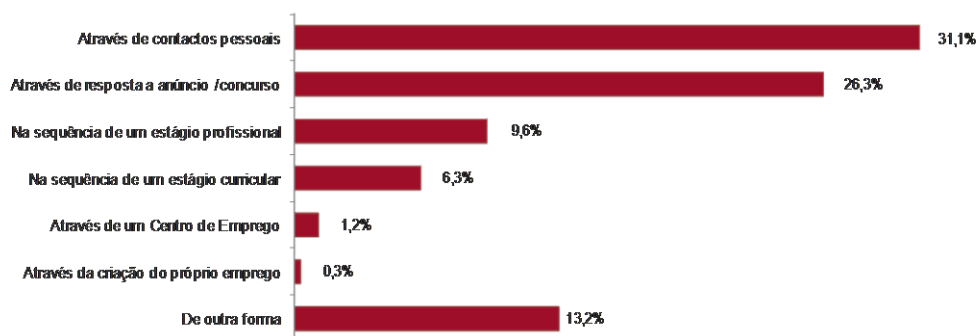
Relativamente à importância da média final de curso no tempo de obtenção do primeiro emprego, encontram-se diferenças com um significado expressivo quando se procede a uma análise baseada na polarização das escalas temporais apresentadas. Dito de outro modo, onde as diferenças assumem um claro destaque é na percentagem relativamente elevada de recém-diplomados que tendo concluído o seu curso com 16 valores ou mais, obtiveram mais rapidamente o primeiro emprego - sobretudo num “mês ou menos” (50%)

- e na percentagem também considerável dos que tendo concluído o curso com uma média final entre 10 e 13 valores continuam ainda à procura do primeiro emprego (24,5%). Tal é claramente sugestivo da importância estratégica e do poder diferenciador que, não obstante todas as mutações do mercado de trabalho, ainda se atribuí ao nível de desempenho escolar traduzido numa nota final.

Quadro n.º 12 - Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso

Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	N	%
Através de contactos pessoais	104	31,1%
Através de resposta a anúncio /concurso	88	26,3%
Na sequência de um estágio profissional	32	9,6%
Na sequência de um estágio curricular	21	6,3%
Através de um Centro de Emprego	4	1,2%
Através da criação do próprio emprego	1	0,3%
De outra forma	44	13,2%
NR	40	12,0%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 5 - Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso



Igualmente importante é a questão relativa ao modo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do curso, pois esta constitui-se como um elemento esclarecedor da diversidade de recursos e de estratégias empreendidas pelos recém-diplomados para concretizarem a sua inserção no mercado de trabalho. Neste âmbito, adquirem maior proeminência os contactos pessoais (31,1%) e a resposta a anúncios ou concursos (26,3%). Relativamente aos contactos pessoais, via de obtenção de emprego de cerca de um terço dos recém-diplomados da ESTeSL, este dado converge com os resultados de outras investigações que salientam a importância desse património de relações sociais, por vezes em detrimento das leis da oferta e da procura (Pereira, 2008, 30).

Também é importante destacar que apesar de apresentar uma expressão quantitativa um pouco mais reduzida, a obtenção do primeiro emprego na sequência de estágios curriculares e profissionais assume algum significado (15,9%), quando se agregam os totais referentes aos dois tipos de estágio referidos, o que denota a existência de uma ligação que, embora contingente e sujeita a flutuações estruturais, aponta para a existência

de alguma articulação mais sequencial entre qualificação e trabalho na realidade formativa da ESTeSL.

Quando considerada a relação entre o modo de obtenção do primeiro emprego e o tempo necessário para o conseguir, verifica-se que 86,4% dos que obtiveram o primeiro emprego através de contactos pessoais e 82,6% através de respostas a anúncios/concursos, fizeram-no num menor espaço de tempo (em 6 meses ou menos), para além, obviamente, da totalidade dos casos em que a empregabilidade surge em consequência de estágios curriculares.

No que concerne à relação entre esta variável e o curso de origem, aquilo que se evidencia como mais notório é a percentagem mais elevada de recém-diplomados nos cursos de Fisioterapia (60%) e Análises Clínicas e Saúde Pública (54,5%) que obtiveram o seu primeiro emprego por via de contactos pessoais. Já quanto ao modo de obtenção que passa pela resposta a anúncios ou concursos, a percentagem é mais elevada quando considerados os diplomados recentemente no curso de Ortopédica (48,5%) e Dietética e Nutrição (48,4%).

Quadro n.º 13 - Remuneração líquida mensal

Remuneração líquida mensal	N	%
Mais de 1500 euros	22	6,6%
Entre 1001 e 1500 euros	99	29,6%
Entre 501 e 1000 euros	144	43,1%
Entre 300 e 500 euros	21	6,3%
Menos de 300 euros	20	6,0%
NR	28	8,4%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 6 - Remuneração líquida mensal



A remuneração líquida mensal da maioria (55,4%) dos diplomados recentemente pela ESTeSL não ultrapassa os 1000 euros. Contudo, o escalão predominante é o situado entre os 501 e os 1000 euros (43,1%), embora também assuma alguma expressão o escalão situado entre os 1001 e os 1500 euros (29,6%). A leitura do quadro n.º 13 permite verificar a presença significativa de salários baixos, efectivamente os ordenados mensais de 12,3% destes diplomados não ultrapassam os 500 euros, dos quais 6% não chega sequer a receber 300 euros, contudo a interpretação deste dado deve tomar em

consideração o facto de 15,6% do total dos indivíduos que constituem o universo em estudo trabalharem em regime de tempo parcial. No pólo oposto, 7,2% auferem mais de 1500 euros.

As situações remuneratórias são razoavelmente diferenciadas em função dos diferentes cursos, assumindo por vezes expressões contrastantes. Assim, quando se procede ao desdobramento das linhas de tendência atrás mencionadas, ganham visibilidade algumas situações particulares, como por exemplo o facto de cerca de um terço (33,4%) dos diplomados recentemente em Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica auferirem mensalmente um salário líquido que não ultrapassa os 500 euros, sendo que mais de um quarto (26,7%) ganham menos de 300 euros. Situação semelhante verifica-se no curso de Análises Clínicas e Saúde Pública em que pouco menos de um terço (29,3%) dos diplomados recentemente não recebe mensalmente mais de 500 euros. Considerando os escalões de rendimento superiores a 1000 euros, os casos da Radiologia (54,3%) e da Fisioterapia (50%) são os que assumem maior expressão, em contraste com os casos de Dietética e Nutrição (21,2%) e de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica (23,3%).

Também a propósito da remuneração, é importante considerar em que medida a média final de curso se apresenta ou não como uma variável importante para compreender algumas diferenças a esse nível. De facto, a correlação entre a remuneração e a média final de curso não é significativa e, por paradoxal que possa parecer, destacam-se no escalão remuneratório superior (mais de 1500 euros) os diplomados recentemente com a média final mais baixa - entre 10 e 13 valores (18,4% face a uma média global de 6,6%).

Outro dado bastante revelador, e que de resto apenas vem corroborar muita da evidência científica resultante de trabalhos de investigação cujo enfoque incide sobre as questões de género (Alves, M.G. 2004), diz respeito à diferenciação remuneratória entre os indivíduos do sexo masculino e feminino, sobretudo no escalão mais elevado (24,4% homens face a 4,2% das mulheres), o que é sugestivo de uma importante dimensão de desigualdade social.

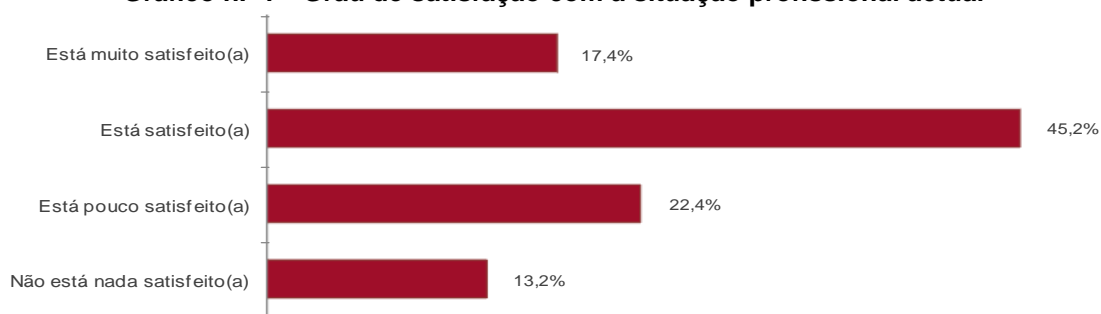
Também esclarecedores quanto à distribuição salarial são os aspectos que remetem directamente para o tipo de instituição onde desempenham a actividade profissional. Uma percentagem (18,4%) superior à média geral dos dois escalões remuneratórios mais baixos, ou seja, menos de 500 euros (líquidos) por mês, trabalha em Clínicas Privadas / Consultórios situam-se. Já no caso do escalão superior, verifica-se que, de entre quem recebe mais de 1500 euros, destacam-se os que trabalham em hospitais, tanto públicos como privados (11,5% e 11,8%).

Um complemento importante a esta constatação é o que diz respeito ao regime da actividade profissional principal e o tipo de vínculo contratual. No primeiro caso há uma diferença nítida que salienta a relação entre as baixas remunerações salariais e o regime de trabalho a tempo parcial exercido por uma percentagem considerável diplomados recentemente (45,1% dos contratados a tempo parcial não auferem mais de 500 euros) e, conseqüentemente, uma relação que evidencia o modo como os salários mais elevados está condicionado pelo regime de trabalho a tempo inteiro (apenas 1,6% auferem um salário que não ultrapassa os 500 euros). Já no segundo caso, e em clara linha de convergência com os resultados de outros estudos (Marques, 2009), verifica-se que uma percentagem mais elevada de indivíduos com vínculos contratuais precários, sobretudo os contratos de prestação de serviços (31,6%) situam-se nos dois escalões remuneratórios mais baixos (500 euros ou menos) e, por contraposição, os dois escalões mais elevados (a partir de 1000 euros) são auferidos pela maioria (59,4%) dos que têm uma situação contratual mais estável, nomeadamente os vinculados através de contrato por tempo indeterminado, pelo contrário, a maioria (65,4%) dos contratados a prazo não recebe mais de 1000 euros por mês.

Quadro n.º 14 - Grau de satisfação com a situação profissional actual

Grau de satisfação com a situação profissional actual	N	%
Está muito satisfeito(a)	58	17,4%
Está satisfeito(a)	151	45,2%
Está pouco satisfeito(a)	75	22,4%
Não está nada satisfeito(a)	44	13,2%
NR	6	1,8%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 7 - Grau de satisfação com a situação profissional actual



Já quanto ao grau de satisfação com a situação profissional actual, é bastante notório um posicionamento de cariz ambivalente, na medida em que o equilíbrio entre a satisfação e a não satisfação não assume uma expressão categórica. Assim, e procedendo à agregação das respostas dos inquiridos que referem estar “muito satisfeitos” e “satisfeitos”, constata-se que 62,6% está globalmente satisfeito, enquanto a agregação das respostas centradas nas categorias de “pouco satisfeito” e “nada satisfeito” se traduzem em 35,6% do total de respostas.

Dentro deste relativo equilíbrio em que tende genericamente a prevalecer uma avaliação positiva quanto ao grau de satisfação com a situação profissional actual, encontram-se realidades um pouco heterogéneas e reveladoras do carácter diferenciador que algumas variáveis explicativas parecem assumir na identificação e compreensão de distintas tendências. Tal parece ser, desde logo, o caso do curso concluído, na medida em que é possível encontrar situações bastante díspares. Assim, enquanto uma percentagem bastante expressiva de diplomados recentemente nos cursos de Farmácia, Fisioterapia e Ortopédica afirma estar satisfeito e muito satisfeito (88,5%, 83,3% e 81,8%, respectivamente), verifica-se, por contraste, uma situação substancialmente diferente no caso do curso de Análises Clínicas e Saúde Pública em que 68,2% dos diplomados no período em estudo afirma estar pouco ou nada satisfeitos com a sua situação profissional actual. Já numa situação de clara ambivalência estão os diplomados recentemente em Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica e Radiologia, pois nesses casos a sua avaliação distribui-se quase equitativamente pelas categorias que demarcam a satisfação (“muito satisfeito” e “satisfeito”) da não satisfação (“pouco satisfeito” e “nada satisfeito”), ou seja, no primeiro caso (Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica), 51,3% situa-se no pólo da satisfação e 48,6% no pólo da não satisfação, ao passo que no caso de Radiologia essa mesma distribuição traduz-se numa proporção de 52,5% face a 47,5%.

Em termos do impacto que a média final de curso poderá desempenhar na expressão de diferenças em termos de grau de satisfação face à situação profissional, embora se possa admitir que essa influência não é absolutamente categórica e linear, não deixa de se verificar uma certa relação que tende a assumir expressões distintas consoante o desempenho escolar (traduzido na média final de curso). Assim, 70,4% dos que tiveram uma nota final igual ou superior a 16 valores afirmam estar satisfeitos com a sua situação profissional actual e, por outro lado, a percentagem dos que afirmam não estar satisfeitos é significativa nas classificações finais mais baixas (37,8%).

Procedendo a alguns cruzamentos dos dados obtidos, com o propósito de ampliar as possibilidades de interpretação analítica, é possível constatar que a maioria dos que estão globalmente satisfeitos assumem posicionamentos coerentes que reforçam essa avaliação, na medida em que tendem a afirmar que “se fosse hoje” voltariam a matricular-se no mesmo curso (81%), situação que não se verifica para a maioria dos que afirmaram não estar globalmente satisfeitos, pois nesse caso o que assume maior protagonismo é o posicionamento que aponta para a resposta - «matriculavam-se noutra curso» (58,5%).

De forma não surpreendente, também se verifica que a maioria (74,8%) dos que se encontram a trabalhar numa actividade profissional directamente relacionada com a área de formação do seu curso afirma estar globalmente satisfeita, enquanto a maioria (56%)

dos que se encontram nas outras situações estão globalmente insatisfeitos, assumindo essa insatisfação uma expressão flagrante e inequívoca quando se constata que a totalidade dos diplomados recentemente que estão a realizar estágios profissionais não remunerados é peremptória em manifestar o seu desagrado. A actividade profissional sem as respectivas contrapartidas remuneratórias, parece ser, assim, uma condição decisiva e poderosa, a par do desemprego por via da procura do primeiro emprego (93,3%) ou de um novo emprego (90,9%), ao nível do impacto que tem na frustração de avaliações tendencialmente mais positivas.

Impacto semelhante é o que, também sem grandes surpresas, resulta do facto de ser a maioria (74,9%) dos que consideram existir uma adequação das funções com o curso que concluíram, os que, justamente, avaliam de forma globalmente positiva a sua satisfação com a situação profissional. Ao invés, os que consideram as suas funções desadequadas ao curso que concluíram, avaliam de forma globalmente negativa a sua satisfação com a situação profissional, é o que sucede com 67,7% dos que afirmam estar «pouco» ou «nada» satisfeitos.

Igualmente relevante nesta exploração analítica, é o facto de o grau de satisfação também se revelar condicionado pelo nível de remuneração auferido, na medida em que a maioria (81,9%) dos inquiridos com salários líquidos mais elevados (mais de 1500 euros) têm níveis de satisfação maiores, em contraponto à maioria (95%) dos que têm as remunerações mais baixas (menos de 300 euros) e que, nesta linha de raciocínio, se destacam como aqueles que fazem avaliações negativas ao nível da satisfação com a sua situação profissional.

Relativamente aos projectos profissionais que os inquiridos concebem num horizonte temporal de três anos, verifica-se a existência de uma relação tendente a evidenciar que a maioria (90,9%) daqueles cujos projectos passam por manter a situação actual, são os que têm um nível de satisfação mais elevado. A avaliação positiva também é feita pela maioria dos que pretendem aumentar o salário (81,8%), progredir na carreira (80,4%) e aumentar a formação (77,8%), por contraste com quem procede a uma avaliação negativa ao nível do seu grau de satisfação com a situação profissional actual e aspira a ter um emprego estável (61,4%).

4.2. Trajectórias de inserção e tipos de percurso profissional

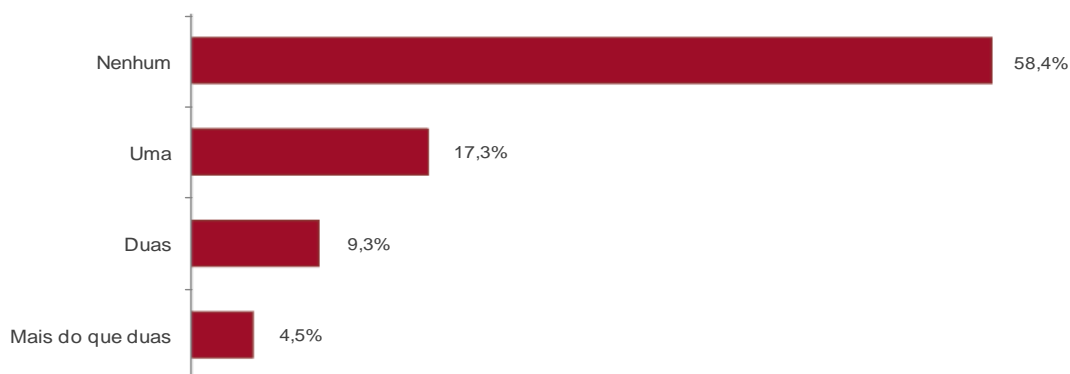
Uma outra dimensão bastante importante é a que diz respeito à questão concreta do tipo de trajectórias que se desenvolvem no decurso dos percursos profissionais dos indivíduos. A relevância deste aspecto adquire um protagonismo cada vez mais

acentuado, uma vez que algumas das transformações estruturais a que já atrás se aludiram se têm traduzido não só na proliferação de formas atípicas de emprego no quadro da flexibilização das relações laborais mas também em tipos de inserção mais dilatadas no tempo e mais heterogêneas em termos dos diversos estatutos que, em particular, os jovens licenciados têm vindo a assumir: formandos, estagiários, desempregados, etc. Isto significa, portanto, que os processos de transição para a vida activa não são uniformes nem estáveis, designadamente porque são marcados por várias mudanças ao longo do percurso profissional, em particular mudanças de emprego, de funções, de sectores de actividade e até de profissão, o que pode estar na origem de vários tipos de mobilidade de emprego e de mobilidade sócio-profissional (Alves, N., 2005).

Quadro n.º 15 - Número de vezes que mudaram de local de trabalho desde a conclusão do curso

Número de vezes que mudaram de local de trabalho desde a conclusão do curso	N	%
Nenhum	195	58,4%
Uma	58	17,3%
Duas	31	9,3%
Mais do que duas	15	4,5%
NR	35	10,5%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 8 - Número de vezes que mudaram de local de trabalho desde a conclusão do curso



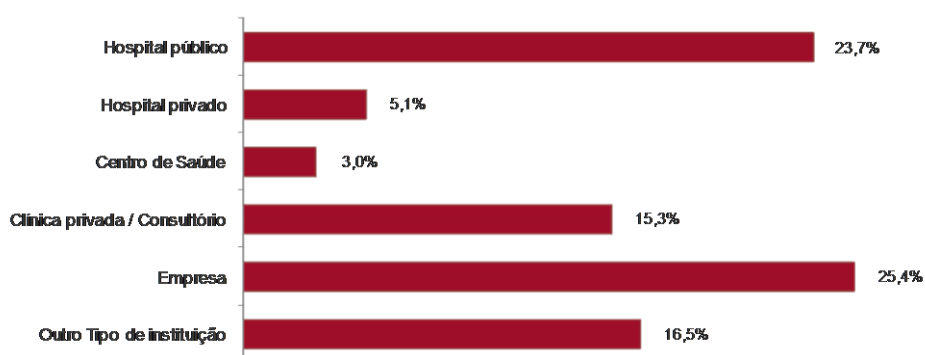
Sob este ponto de vista, torna-se fundamental aferir em que medida os diplomados recentemente pela ESTeSL se enquadram, ou não, numa tendência de crescente mobilidade. Se tomarmos como indicador o número de vezes que mudaram de emprego desde a conclusão do curso, verifica-se a existência de uma mobilidade profissional muito significativa pois cerca de um terço (31,1%) do total mudou de emprego no primeiro ano de actividade profissional, após ter concluído o curso, deste grupo, 17,3% fê-lo por uma vez, 9,3% por duas vezes e 4,5% por mais de duas vezes. Por sua vez, a maioria (58,4%)

manteve o mesmo emprego ao longo do primeiro ano de actividade, após a conclusão da licenciatura.

Quadro n.º 16 - Tipo de instituição de exercício da actividade profissional (principal) actual

Tipo de instituição de exercício da actividade profissional (principal) actual	N	%
Hospital público	79	23,7%
Hospital privado	17	5,1%
Centro de Saúde	10	3,0%
Clínica privada / Consultório	51	15,3%
Empresa	85	25,4%
Outro Tipo de instituição	55	16,5%
NR	37	11,0%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 9 - Tipo de instituição de exercício da actividade profissional (principal) actual



Relativamente ao tipo de instituição em que é exercida a actividade profissional principal, verifica-se uma diluição relativa da tradicional centralidade das instituições hospitalares na inserção profissional dos jovens licenciados pela ESTeSL e, conseqüentemente uma acentuada diversidade de instituições empregadoras. Deste modo, apenas 28,8% dos diplomados pela ESTeSL em 2007 e 2008 trabalha em hospitais, estando predominantemente inseridos em empresas (25,4%), clínicas privadas (15,3%), centros de saúde (3%) e outro tipo de instituições (16,5%) onde se incluem organizações diversificadas como por exemplo farmácias comunitárias, laboratórios privados, centros ópticos, câmaras municipais, organizações não governamentais (ONG's) e militares (Forças Armadas).

Por outro lado, saliente-se a tendência de deslocação da empregabilidade dos diplomados recentemente pela ESTeSL (e provavelmente, dos restantes cursos de tecnologias da Saúde existentes em Portugal) do sector público para o sector privado, basta referir que as organizações públicas que integram o Serviço Nacional de Saúde «absorvem» apenas 26,7% destes diplomados. Neste contexto de mudança relativamente às instituições empregadoras de técnicos de diagnóstico e terapêutica que, lembre-se, se têm centrado nos hospitais públicos (a própria carreira técnica de

diagnóstico e terapêutica tem origem no Estado e, como tal, no sector hospitalar público), regista-se que os hospitais do sector público não empregam mais de 23,7% dos diplomados recentemente pela ESTeSL sendo o peso dos hospitais privados pouco expressivo (5,1%). Também é residual, nesta fase, a empregabilidade dos novos licenciados em tecnologias da saúde pela ESTeSL em centros de saúde (3%), sector com eventuais potencialidades futuras para o emprego dos profissionais desta área, no contexto das reformas em curso na estrutura e na organização dos cuidados de saúde primários em Portugal. Por outro lado, não deixa de ser muito revelador considerar a expressão acentuada que as empresas assumem (25,4%) dado ser o principal contexto institucional de inserção dos diplomados recentemente pela ESTeSL.

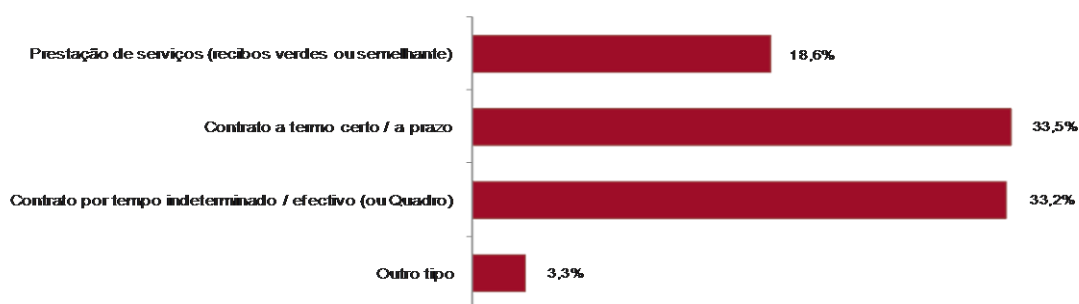
A esse propósito é indispensável levar em linha de conta o perfil diferenciado dos vários cursos e as respectivas inserções institucionais a que estão mais convencionalmente vinculados. É, sem dúvida, nesse sentido que ganha um significado acrescido a maior expressão percentual dos que concluíram os cursos de Análises Clínicas e Saúde Pública e de Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica e trabalham em hospitais públicos, respectivamente 47,5% e 48%. Nesta mesma linha de raciocínio, também assume igual relevância o facto de a maioria dos diplomados recentemente em Fisioterapia (53,3%) exercer a sua actividade profissional em clínicas privadas/consultórios, bem como a constatação de que são fundamentalmente os diplomados recentemente em Saúde Ambiental (66,7%) e em Dietética e Nutrição (56,3%) que, na sua maioria, trabalham em empresas.

Importa, todavia, considerar que apesar desta relativa especificidade inerente aos perfis profissionais dos diferentes cursos de licenciatura, a tendência mais global que foi apontada parece ser indicativa não só de uma diversificação da oferta proporcionada pelo mercado de trabalho, mas também de uma crescente adaptação funcional a outras actividades, num sector que se tem vindo a expandir e a diversificar.

Quadro n.º 17 - Tipo de vínculo laboral

Tipo de vínculo laboral	N	%
Prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	62	18,6%
Contrato a termo certo / a prazo	112	33,5%
Contrato por tempo indeterminado / efectivo (ou Quadro)	111	33,2%
Outro tipo	11	3,3%
NR	38	11,4%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 10 - Tipo de vínculo laboral



Já quanto ao tipo de vínculo laboral mantido com as instituições onde a actividade profissional principal é exercida, verifica-se uma percentagem significativa (33,2%) de diplomados da ESTeSL com uma situação profissional estável (contrato por tempo indeterminado), não obstante terem iniciado recentemente o seu percurso no mercado de trabalho, o que, de certa forma, contraria algumas tendências mais gerais de precarização que têm vindo a ser observadas em múltiplos contextos de trabalho e sectores de actividade. Quanto a vínculos de natureza mais precária, 33,5% têm um contrato de trabalho a termo certo e, por outro lado, observa-se um número mais reduzido de situações de trabalho enquadradas na lógica da prestação de serviços (18,6%).

No entanto, se considerarmos certas variações desta tendência segundo outras variáveis, designadamente, o curso de licenciatura, é possível identificar diferenciações que, uma vez mais, parecem apontar para algumas especificidades da inserção profissional em função dos cursos. De forma mais particularizada, é possível constatar que a maioria (62,5%) dos diplomados em Farmácia durante o período estudado, encontram-se em situações contratuais mais estáveis (contrato por tempo indeterminado/efectivo), por outro lado, a maioria (53,1%) dos diplomados recentemente em Dietética e Nutrição e metade (50%) dos diplomados recentemente em Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica estão em situação de contrato a termo certo/prazo e uma percentagem substancial dos diplomados recentemente em Fisioterapia (43,3%) e em Cardiopneumologia (35,7%) encontram-se em situações contratuais de prestação de serviços.

Relativamente a variações segundo a idade, o que se constata de forma relativamente clara é o modo como à medida que vão aumentando os escalões etários vai-se também alterando a natureza dos vínculos contratuais, passando estes a corresponder de forma mais expressiva a situações de maior estabilidade. Isso verifica-se de forma muito peremptória, sobretudo na larga maioria (84,1%) dos diplomados pela ESTeSL em 2007 e 2008 com mais de 30 anos e que tem contrato por tempo indeterminado/efectivo, em contraste com os que se encontram na mesma situação e se situam no escalão etário compreendido entre os 25 e os 30 anos (36,7%) e com menos de 25 anos (27,7%).

Também em termos de variação segundo o sexo, é possível identificar uma clara discrepância que põe em evidência, corroborando empiricamente, alguns dos sistemáticos níveis de desigualdade social entre homens e mulheres em matéria de condições laborais, porquanto se verifica uma acentuada assimetria neste capítulo. Ou seja, a maioria (65,6% dos diplomados no período em estudo do sexo feminino está em situações de maior precariedade contratual, por contraste com os do sexo masculino, cuja maioria (58,1%) tem contrato por tempo indeterminado.

Quadro n.º 18 - Regime de exercício da actividade profissional

Regime de exercício da actividade profissional	N	%
Tempo inteiro	240	71,8%
Tempo parcial	52	15,6%
NR	42	12,6%
Total	334	100,0%

No que diz respeito ao regime em que é exercida a actividade profissional principal, é bastante flagrante a dominância do exercício a tempo inteiro (71,8%) relativamente ao exercício a tempo parcial (15,6%).

Quando considerado o curso, a tendência é, naturalmente, a mesma, embora se acentue particularmente nos casos de Farmácia e Ortoprotesia em que todos os inseridos no mercado de trabalho estão nessa situação. Somente nos casos dos diplomados recentemente em Análises Clínicas e Saúde Pública (34,1%) e em Fisioterapia (31%) é que se verifica uma percentagem maior, em termos relativos, dos que trabalham a tempo parcial, observando-se um maior equilíbrio na distribuição entre as duas situações contratuais consideradas.

Quadro n.º 19 - Acumulação do exercício profissional

Acumulação do exercício profissional	N	%
Sim	65	19,5%
Não	228	68,3%
NR	41	12,2%
Total	334	100,0%

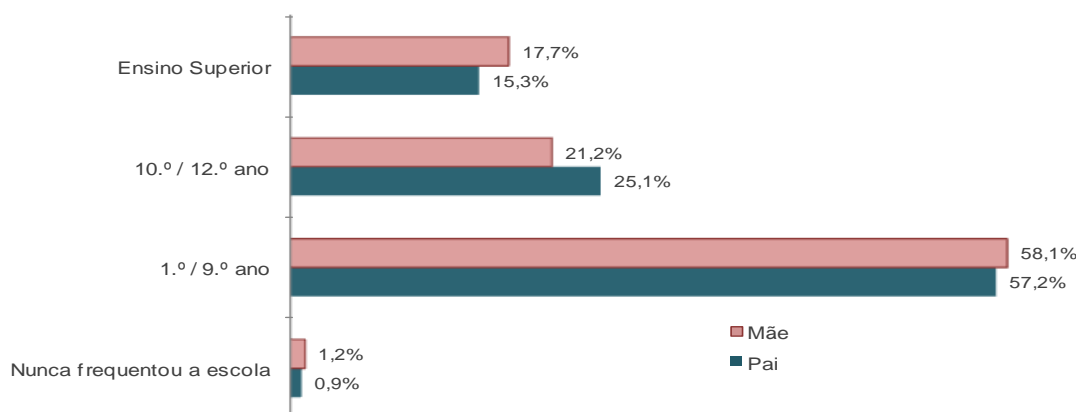
Relativamente ao número de instituições em que a actividade profissional é exercida, é de salientar que a maioria (68,3%) desenvolve o seu trabalho em apenas uma instituição, o que reforça a ideia de um certo “exclusivismo” no regime de exercício da actividade profissional.

Na maioria dos cursos, verifica-se que mais de dois terços dos diplomados recentemente, trabalha em apenas uma instituição, situação especialmente acentuada nos casos de Radioterapia (100%) e Farmácia (95,8%) e com menor expressão nos casos de Radiologia (51,5%) e de Fisioterapia (53,3%).

Quadro n.º 20 - Escolaridade dos pais

Habilitações do Pais	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Nunca frequentou a escola	3	0,9%	4	1,2%
1.º / 9.º ano	191	57,2%	194	58,1%
10.º / 12.º ano	84	25,1%	71	21,2%
Ensino Superior	51	15,3%	59	17,7%
NR	5	1,5%	6	1,8%
Total	334	100,0%	334	100,0%

Gráfico n.º 11 - Escolaridade dos pais



Um dado que ressalta de forma bastante evidente quando se procura aferir a mobilidade social dos recém-diplomados tendo como referência o nível de escolaridade dos pais, prende-se com a constatação de que mais de metade (57,2% dos pais e 58,1% das mães) não ultrapassam os níveis básicos de qualificação académica, o que contrasta com o valor relativamente reduzido de casos em que o pai e/ou a mãe frequentaram ou concluíram o Ensino Superior (15,3% e 17,7%, respectivamente).

Claro que em bom rigor, estes dados por si só não permitem sustentar estarmos na presença de uma inequívoca trajectória de mobilidade inter-geracional ascendente mas é certamente revelador de um padrão que traduz algumas mudanças sociais de carácter mais vasto e estrutural, designadamente no que diz respeito ao impacto da democratização do ensino superior e também no investimento estratégico que cada vez mais grupos sociais empreendem na expectativa de novas possibilidades de inserção profissional num contexto de trabalho cada vez mais exigente.

Quadro n.º 21 - Localização da instituição de exercício da actividade profissional

Localização da instituição de exercício da actividade profissional	N	%
Área Metropolitana de Lisboa	199	59,6%
Fora da área Metropolitana de Lisboa	95	28,4%
NR	40	12,0%
Total	334	100,0%

No que diz respeito à localização da instituição de exercício da actividade profissional principal, a maioria (59,6%) dos diplomados recentemente pela ESTeSL trabalha na Área Metropolitana de Lisboa, sendo que mais de um terço do total (35%) trabalha no concelho de Lisboa.

Fora da Área Metropolitana de Lisboa, 9,6% trabalham noutros concelhos dos distritos coexistentes e/ou contíguos, a norte e a sul, a esta área metropolitana (Santarém e Setúbal), 8,4% trabalham no sul do país (Alentejo e Algarve) 3,6% na região Centro, 3% nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e 1,6% no norte do país.

Um outro indicador que se torna importante considerar a este propósito é o que resulta do cruzamento entre a área geográfica onde é exercida a actividade profissional e o local de residência dos inquiridos antes de iniciar o curso. Assim, o que se constata é que a larga maioria (89,5%) dos recém-diplomados residentes na Área Metropolitana de Lisboa antes de iniciar o curso, mantém-se nesta região após a sua entrada no mercado de trabalho, sendo muito residuais e pouco expressivos os casos que correspondem a uma trajectória de mobilidade geográfica, no sentido de deslocação da Área Metropolitana de Lisboa para outras regiões. De resto, se alguma tendência genérica pode ser identificada, é, justamente, a inversa desta situação, na medida em que nas várias regiões consideradas que ficam fora do âmbito geográfico da Área Metropolitana de Lisboa, um dado revelador prende-se com os que passam a trabalhar nesta região após a conclusão do curso. Isto é, aliás, sobretudo visível no caso dos inquiridos provenientes da região Norte e Centro do país, pois 56,3% dos recém-diplomados residentes nessas regiões antes de iniciar o curso passam a trabalhar na Área Metropolitana de Lisboa, ao passo que os que são

provenientes do Sul do país, embora com alguma trajectória de inserção profissional na Área Metropolitana de Lisboa, desenvolvem, na sua maioria (60%), a actividade profissional nas regiões onde residiam antes de iniciar o curso, situação análoga aos provenientes das regiões autónomas da Madeira e dos Açores (8 dos 13 que terminaram o curso no período em estudo).

4.3. Perspectivas dos diplomados: da avaliação do trabalho e da formação aos projectos profissionais

Quadro n.º 22 - Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação

Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação	N	%
Totalmente adequadas	143	42,8%
Parcialmente adequadas	122	36,5%
Pouco adequadas	12	3,6%
Nada adequadas	20	6,0%
NR	37	11,1%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 12 - Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação



No que concerne à avaliação que os inquiridos estabelecem relativamente à natureza das funções que desempenham, e em particular com o seu grau de adequação face ao curso que concluíram na ESTeSL, verifica-se que a esmagadora maioria procede a uma avaliação positiva, o que até é convergente com resultados de outros trabalhos de investigação que identificam esse mesmo tipo de avaliação (Alves, M.G., 1998; Chaves, 2007; Gonçalves *et al.*, 2006, p.110). Com efeito, 79,3% fazem uma avaliação globalmente positiva das suas funções profissionais relativamente aos requisitos da sua formação académica, sendo mesmo de destacar a percentagem significativa (42,8%) dos que consideram as suas funções “totalmente adequadas” em contraste com os que fazem uma leitura negativa desse grau de adequação (9,6%).

Considerando o modo como esta avaliação globalmente positiva se traduz tendo em conta o curso realizado, importa destacar, sobretudo, os casos de Farmácia e de Ortóptica, onde se observa uma avaliação muito positiva acerca da adequação das funções desempenhadas em contexto de trabalho ao curso concluído (100%, quando agregadas as respostas “totalmente adequadas” e “parcialmente adequadas”), e principalmente por serem as situações em que a efectiva maioria dos inquiridos faz uma avaliação totalmente positiva quanto à relação entre tarefas e formação, especialmente em Farmácia (66,7%).

Quadro n.º 23 - Tarefas não atribuídas no local de trabalho, apesar da capacidade para o seu exercício

Tarefas não atribuídas no local de trabalho, apesar da capacidade para o seu exercício	N	%
Sim	88	26,3%
Não	203	60,8%
NR	43	12,9%
Total	334	100,0%

Quando consideradas as questões que remetem para a existência de tarefas que, na opinião dos recém-diplomados, estão desfasadas das suas capacidades, considerando a sua formação ou as competências adquiridas com o curso superior, constata-se a tendência para, de forma geral, uma percentagem significativa de inquiridos (26,3%) considerar existirem no seu local de trabalho tarefas que não exercem apesar de terem capacidade para o fazer, como por exemplo a validação de resultados laboratoriais, elaboração de relatórios, tarefas de gestão, coordenação de projectos ou exames de variados tipos (provas de esforço, mamografia, angiografia, Tomografia Axial Computorizada (TAC) e Ressonância Magnética.

Olhando de um modo um pouco mais desdobrado, nomeadamente em função do curso, verifica-se que a única situação que se demarca substancialmente da generalidade das outras, é a que diz respeito aos diplomados recentemente em Análises Clínicas e Saúde Pública, cuja maioria (55%) indica não exercer funções para as quais se sentem capacitados. Esta questão remete para a existência de um desfasamento, assinalado pelos inquiridos, entre o domínio dos saberes e o domínio das tarefas (Pinto, 2001), com consequências na falta de oportunidade para a aplicação dos saberes profissionais, emergindo a contradição existente em muitos locais de trabalho, entre o nível das qualificações académicas exigidas e o desempenho efectivo das tarefas que compõem a actividade profissional, situação potencialmente geradora de uma frustração das expectativas iniciais, formadas e valorizadas na escola e desvalorizadas comparativamente ao capital escolar adquirido, após a integração em contexto de trabalho (Tavares, 2007).

Quadro n.º 24 - Exercício de tarefas da competência de outros profissionais

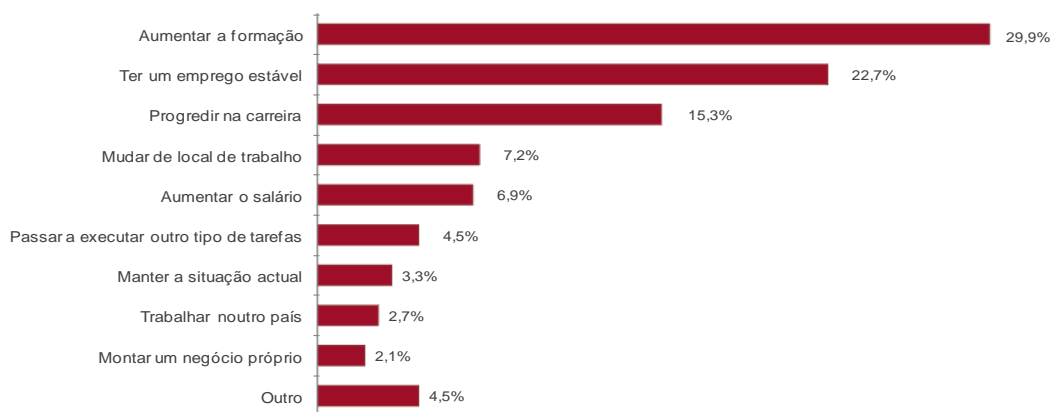
Exercício de tarefas da competência de outros profissionais	N	%
Sim	59	17,7%
Não	233	69,7%
NR	42	12,6%
Total	334	100,0%

Por sua vez, a percentagem dos que afirmam existirem no seu local de trabalho tarefas que exercem apesar de serem da competência de outros profissionais, é de 17,7%, apontando como exemplo tarefas práticas normalmente executadas por profissionais menos qualificados do ponto de vista académico, nomeadamente tarefas administrativas; de limpeza (o exemplo mais recorrente e transversal aos licenciados dos vários cursos); vendas e gestão; e manutenção de equipamentos.

Quadro n.º 25 - Projectos profissionais

Projectos profissionais	N	%
Aumentar a formação	100	29,9%
Ter um emprego estável	76	22,7%
Progredir na carreira	51	15,3%
Mudar de local de trabalho	24	7,2%
Aumentar o salário	23	6,9%
Passar a executar outro tipo de tarefas	15	4,5%
Manter a situação actual	11	3,3%
Trabalhar noutro país	9	2,7%
Montar um negócio próprio	7	2,1%
Outro	15	4,5%
NR	3	0,9%
Total	334	100,0%

Gráfico n.º 13 - Projectos profissionais



Considerando um horizonte temporal de médio prazo (três anos), é possível observar que em termos de projectos profissionais há perspectivas relativamente diversificadas que parecem apontar para cenários de inserção profissional não totalmente coincidentes. O investimento na formação (29,9%) e a estabilidade no emprego (22,7%) consubstanciam-se como os principais projectos profissionais da maioria dos inquiridos (52,6%). Curiosamente, a progressão na carreira é menos referenciada (15,3%) do que a estabilidade no emprego, seja porque na fase inicial da carreira dos recém-diplomados, a progressão na carreira não está nos seus horizontes profissionais a médio prazo ou

eventualmente porque o investimento na formação pode constituir a principal estratégia com vista à progressão futura na carreira profissional ou ainda porque as perspectivas actuais de progressão na carreira são efectivamente reduzidas.

Da leitura imediata dos números resulta também a constatação de que são poucos os que procuram apenas manter a sua situação actual (3,3%), embora os que indicam pretender levar a cabo mudanças mais substanciais face à sua situação actual correspondem a um valor com uma expressão minoritária, pelo menos atendendo aos que projectam trabalhar noutra país (2,7%) ou montar um negócio próprio (2,1%). Outro tipo de projectos orientados para alterações relativamente à sua situação actual, prendem-se com a mudança de local de trabalho (7,2%) e a execução de outro tipo de tarefas (4,5%).

Procurando estabelecer alguns cruzamentos com outras variáveis, é possível colocar em evidência aspectos relevantes acerca das circunstâncias que podem, eventualmente, desempenhar um papel conseqüente no modo como moldam a perspectiva dos recém-diplomados face ao seu futuro profissional próximo. Assim, e considerando a situação profissional actual, é interessante constatar que a intenção de aumentar a formação é razoavelmente recorrente nas projecções dos recém-diplomados, quer estejam a trabalhar numa área de actividade profissional directamente relacionada com o curso (30,2%) quer noutra área de actividade profissional (36,9%). Mais do que uma simples valorização de *per si* da formação académica desse investimento, tal parece ser sugestivo da importância estratégica reconhecida ao aumento de formação, o que converge com alguns resultados de outros trabalhos acerca do significado e importância do aumento da formação escolar após a licenciatura (Alves, M.G., 2009).

Já numa outra lógica, constata-se que a larga maioria (64,7%) dos que se encontram em situações profissionais de maior precariedade (os que estão a realizar um estágio profissional não remunerado, os que procuram o 1º emprego e os que estão desempregados) são aqueles que, justamente, projectam como principal meta a aquisição de um emprego estável.

Também é importante considerar que a situação dos vínculos laborais assume algum significado para efeitos de interpretação de variações quanto ao tipo de projectos profissionais que os inquiridos perspectivam em termos de futuro próximo. Nessa medida, cumpre salientar sem surpresa de maior que uma percentagem substancial (47,5%) dos que trabalham em regime de prestação de serviços, projecta como horizonte ter um emprego estável, ao passo que 36,9% dos inquiridos com contrato por tempo

indeterminado/efectivo perspectivam como meta principal aumentar a formação. Tal parece, em suma, denotar que não obstante a pluralidade das motivações existentes para os investimentos e para a valorização de projectos futuros, há uma orientação que sublinha uma relativa abertura para a (re)construção dos percursos de inserção profissional, pois como vimos, apesar de existirem diferentes graus de mudança (uns mais de consolidação das condições da situação profissional – como o aumento de salário ou a progressão na carreira -, e outros mais de ampliação – como mudar de local de trabalho, passar a executar outro tipo de tarefas, montar um negócio próprio, etc.), todos, no seu conjunto, parecem apontar para uma visão não estagnada e resignada da inserção profissional, até porque as contingências e as difíceis circunstâncias das actuais conjunturas económicas, tornam imperativo a procura e o accionar de diferentes estratégias de adaptação às exigências e flexibilização do mercado de trabalho.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, António José *et al.* (2007), *Inserção profissional dos licenciados pela ESCE*, Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

ALVES, Mariana Gaio (1998), *Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º26, pp.131-147.

ALVES, Mariana Gaio (2004), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior. Uma abordagem sociológica*, Actas do V Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

ALVES, Mariana Gaio (2007), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALVES, Mariana Gaio (2009), *Ensino superior, trabalho e emprego na actual sociedade de risco. Um olhar sobre o caso de mestres e doutores*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º59, pp.107-124.

ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa, 1999-2003*, Lisboa: Divisão de Planeamento e Gestão da Universidade de Lisboa.

ALVES, Natália (2007), *E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social?*, *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, n.º2, pp.59-67.

ALVES, Natália (2008), *Juventudes e Inserção Profissional*, Lisboa: Educa/Unidade de I&D em Ciências da Educação.

ALVES, Natália (2009), *Inserção Profissional e Formas Identitárias. O caso dos licenciados da Universidade de Lisboa*, Lisboa: Educa/Unidade de I&D em Ciências da Educação.

BARROSO, João (2009), *Recensão da obra de Natália Alves – Juventudes e inserção profissional*, *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, n.º8, pp.115-117.

CANÁRIO, Rui (2009), *Recensão da obra de Natália Alves – Inserção profissional e formas identitárias - o caso dos licenciados da universidade de Lisboa*, *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, n.º10, pp.87-88.

CHAVES, Miguel (2007), *A inserção profissional dos diplomados em Portugal*, Le Monde Diplomatique, disponível em <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article82>.

GONÇALVES, Albertino (2000), *A insustentável leveza da origem social. A inserção profissional dos licenciados da Universidade do Minho segundo o grau de instrução dos pais*, Revista Portuguesa de Educação, Vol.13 (2), pp.157-174.

GONÇALVES, Fernando *et al.* (2006), *Percursos de empregabilidade dos licenciados: Perspectivas europeia e nacional*, Análise Psicológica, 1 (XXIV), pp.99-114.

MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o Diploma e o Emprego: a inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto: Afrontamento.

MARQUES, Ana Paula (2009) «Novas» legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados, Revista Portuguesa de Educação, Vol.22 (2), pp.85-115.

ODES (2002), *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001: Síntese de Resultados*, Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.

PEREIRA, Catarina (2008), *Inserção profissional de jovens: Comparação dos percursos dos diplomados do sistema de Aprendizagem e do Ensino Profissional*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa: ISCTE-IUL.

PINTO, José Madureira (2001), *Ciências e progresso: convicções de um sociólogo*, Cadernos de Ciências Sociais, n.º 21-22.

SÁ, Carla (2006), *Relatório de Empregabilidade e Percursos de Inserção Profissional dos Licenciados em Economia da Universidade do Minho: 1995-2006*, Braga: Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão.

TAVARES, David (2007), *Escola e identidade profissional - o caso dos técnicos de cardiopneumologia*, Lisboa: Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa.